

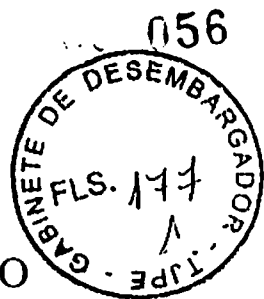


Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



**Mandado de Segurança nº 167463-5** – Comarca de Jaboatão dos Guararapes

**Impetrante:** Estado de Pernambuco

**Impetrado:** Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE

5526

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CRIMINAL. DEFENSOR DATIVO. SENTENÇA QUE FIXA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA DE FORMA INDISCREPANTEMENTE. 1. A sentença penal que fixa honorários advocatícios em favor de causídico que atuou como defensor dativo constitui título executivo judicial certo, líquido e exigível, a teor do preceituado no art. 24 da Lei nº 8.906/94, ficando a cobrança da referida verba sujeita à instauração do devido processo autônomo de execução no foro competente. 2. No caso em concreto, observo que a verba honorária fixada está sendo cobrada de forma direta, isto é, sem a devida instauração de processo autônomo de execução em face do Estado, haja vista a petição acostada às fls. 18 dos autos, onde o impetrado, em nítido descumprimento ao princípio do devido processo legal, intima o Procurador Geral do Estado para que se dê cumprimento ao determinado na sentença penal indicada, no que diz respeito ao arbitramento dos honorários advocatícios em favor do advogado Dr. Valdir Abrantes de Oliveira (OAB/PE 3787). 3. À unanimidade de votos, concedeu-se a segurança.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Mandado de Segurança nº 167463-5, em sessão realizada no dia 14 de janeiro de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conceder a segurança requestada, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de janeiro de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator**



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL.**

**Mandado de Segurança nº 167463-5** – Comarca de Jaboatão dos Guararapes

**Impetrante:** Estado de Pernambuco

**Impetrado:** Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE

**RELATÓRIO**

Adoto como relatório o da decisão interlocutória proferida às fls. 114/117, acrescentando apenas que o desiderato de liminar fora indeferido, restando mantida a ordem de imediato pagamento de honorários advocatícios, no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais), em favor do advogado Dr. Valdir Abrantes de Oliveira (OAB/PE 3787), que funcionou como defensor dativo em 16 (dezesseis) processos que tramitaram na 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

Em face da sobredita decisão interlocutória, fora interposto o Agravo Regimental nº 167463-5/01, tendo a 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça dado provimento ao mesmo, à unanimidade de votos, para que fosse destrancada a presente ação mandamental.

Devidamente intimada, a autoridade coatora prestou seus esclarecimentos às fls. 155/156 dos autos.

Por sua vez, o litisconsorte passivo necessário apresentou resposta às fls. 160/161.

A douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer de fls. 167/169, opinou pela denegação da segurança, salvo em relação ao meio adequado para se promover a execução dos referidos títulos executivos judiciais transitados em julgado.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 15 de dezembro de 2009

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Mandado de segurança nº 167463-5 - Comarca de Jaboatão dos Guararapes  
Impetrante: Estado de Pernambuco  
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE

**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Cuida-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, cuja pretensão é obter a suspensão da ordem de imediato pagamento de honorários advocatícios, no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais), em favor do advogado Dr. Valdir Abrantes de Oliveira (OAB/PE 3787), que funcionou como defensor dativo em dezesseis processos que tramitaram na 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

Em suas razões, de fls 02/17, afirma o impetrante que não pode ser criado título executivo contra quem não foi parte no processo e não exerceu seu direito à ampla defesa, sob pena de malferimento ao disposto no art. 5º, XXXVI, da CF.

Aduz, ainda, que o Juízo Criminal não é a sede competente para o arbitramento de tais honorários.

Ao final, pugna para que seja deferida a liminar requestada no presente *mandamus* e, no mérito, requer o seu provimento para que seja concedida em definitivo a segurança.

**Feito o breve relato, decido.**

No feito em apreço, entendo, ao menos neste juízo de cognição sumária, que não merece prosperar a postulação do impetrante, uma vez que não se afiguram presentes os requisitos autorizadores previstos no art. 7º, II, da Lei 1.533/51, quais sejam, a relevância dos fundamentos demonstrados e a possibilidade de ineficácia da medida se concedida apenas ao final da demanda, senão vejamos.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
 Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

É cediço que o ônus da assistência judiciária gratuita é do Estado, dessarte, nos casos de inexistência ou insuficiência de Defensoria Pública local, impõe-se ao juiz o dever de nomear um defensor dativo para representar a parte necessitada no processo, garantindo, desta forma, o cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Ademais, de acordo com a regra contida no art. 22, §1º, da Lei nº 8.906/94, este advogado que atua como assistente judiciário de pessoas juridicamente necessitadas, quando inexistente ou insuficiente a Defensoria Pública no local da prestação do serviço, faz jus aos honorários arbitrados pelo juiz e pagos pelo Estado, segundo os valores da tabela da OAB.

Além disso, faz-se mister ressaltar ainda que, nos moldes do art. 24 da supracitada Lei, a sentença que fixa a verba honorária no processo no qual atuou o defensor dativo faz título executivo judicial certo, líquido e exigível.

É pacífica a jurisprudência do STF e STJ nesta mesma linha, senão vejamos:

**EMENTAS:** 1. RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Processo criminal. Réu pobre. Defensor dativo. Nomeação. Honorários de Advogado. Verba devida pela Fazenda Estadual. É devida pela Fazenda Estadual a verba honorária aos defensores dativos nomeados em processos criminais para prestarem serviços de atribuição do Estado. 2. RECURSO. Agravo. Regimental. Jurisprudência assentada sobre a matéria. Caráter meramente abusivo. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 557, § 2º, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de agravo, manifestamente inadmissível ou infundado, deve o Tribunal condenar o agravante a pagar multa ao agravado (RE-AgR 225651 / SP - SÃO PAULO, Rel. Min. Cezar Peluso, Primeira Turma, DJ 16/12/2004).

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA PENAL. DEFENSOR DATIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ESTADO. RESPONSABILIDADE. ART. 472 DO CPC. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA.** 1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a sentença que determina o pagamento de honorários advocatícios ao defensor dativo, nomeado pelo juiz ao réu necessitado, constitui título executivo judicial a ser suportado pelo Estado, quando inexistente ou insuficiente a atuação da Defensoria Pública na respectiva Comarca. 2. Não há falar em



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

violação ao artigo 472 do CPC, porquanto o caso não apresenta hipótese que obriga terceiro estranho à lide. 3. Recurso especial a que se nega provimento (REsp 875770 / ES, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias (Juiz Convocado do TRF 1ª Região), T2, DJ 10/06/2008).

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCESSO- CRIME. DEFENSOR DATIVO. SENTENÇA QUE FIXA VERBA HONORÁRIA. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. 1. A sentença proferida em processo-crime transitada em julgado – seja ela condenatória ou absolutória – que fixa honorários advocatícios em favor de defensor dativo, constitui, a teor do disposto nos arts. 24 da Lei 8.906/94 e 585, V, do CPC, título executivo líquido, certo e exigível. 2. Recurso especial provido (REsp 493003 / RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, T2, DJ 09/05/2006).

Outrossim, não parece cabível a alegação de que no presente caso estar-se-ia obrigando terceiro estranho à lide, porquanto, como visto, a condenação em honorários advocatícios em prol do defensor dativo se deu em sentença penal, na qual, como cediço, o Estado é o titular da ação.

Neste diapasão, colaciono precedente jurisprudencial do STJ, conforme aresto adiante ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DEFENSOR DATIVO EM PROCESSO CRIMINAL. SENTENÇA QUE FIXA VERBA HONORÁRIA. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. 1. Não se vislumbra a ocorrência de nenhum dos vícios elencados no art. 535 do CPC a reclamar a anulação do julgado, pelo que se afasta a preliminar de nulidade do julgado a quo. 2. O aresto recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência pacífica desta Corte, no sentido de que "os honorários fixados em favor do defensor dativo, na sentença do processo em que foi nomeado para atuar, podem ser cobrados por meio de execução contra o Estado." (REsp 935187/ES, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 20.09.2007). Precedentes. 3. Registro, por oportuno, que na ocasião do julgamento do Resp 893342/ES, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ de 02.04.07, processo semelhante ao que ora se examina, decidiu-se pela inexistência de violação do art. 472 do CPC em caso de execução de título judicial que arbitra verba honorária em favor de defensor dativo que atuou em processo criminal. A uma, porque "a condenação em honorários (para defensor dativo) se deu em sentença penal, na qual o Estado é o autor da ação e, ainda, o responsável pela garantia de que são observados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório ao réu". A duas, porque "há expressa previsão no art. 22, § 1º, da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), que assegura que o ente federado deve suportar o pagamento da verba honorária na impossibilidade de prestação de serviço no local por parte da Defensoria



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Pública". 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não-provido (REsp 871543 / ES, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, T2, DJ 05/08/2008).

Ante o exposto, por não vislumbrar os fundamentos dispostos no art. 7º, II da Lei nº 1.533/51, indefiro o pleito liminar.

Intime-se o impetrado para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, as informações necessárias, e, em seguida, colha-se o parecer do Ministério Público.

Publique-se.

Recife, 26 de setembro de 2008.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Mandado de Segurança nº 167463-5** – Comarca de Jaboatão dos Guararapes

**Impetrante:** Estado de Pernambuco

**Impetrado:** Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE

**VOTO**

A insurgência do Estado agravante subsume-se ao fato de não ter sido citado para integrar as relações processuais criminais apontadas e mesmo assim ter que arcar com o pagamento dos honorários advocatícios no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais), arbitrados por juízo supostamente incompetente em favor do advogado Dr. Valdir Abrantes de Oliveira (OAB/PE 3787), que funcionou como defensor dativo nos aludidos processos.

É cediço que o ônus da assistência judiciária gratuita é do Estado, destarte, nos casos de inexistência ou insuficiência de Defensoria Pública local, impõe-se ao juiz o dever de nomear um defensor dativo para representar a parte necessitada no processo, garantindo, desta forma, o cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Além disso, de acordo com a regra contida no art. 22, §1º, da Lei nº 8.906/94, este advogado que atua como assistente judiciário de pessoas juridicamente necessitadas, quando inexistente ou insuficiente a Defensoria Pública no local da prestação do serviço, faz jus aos honorários arbitrados pelo juiz e pagos pelo Estado, segundo os valores da tabela da OAB, merecendo destaque, ainda, o fato da sentença que fixa a verba honorária no processo no qual atuou o defensor dativo constituir título executivo judicial certo, líquido e exigível, nos moldes do art. 24 da supracitada Lei.

No caso em concreto, observo que a verba honorária fixada está sendo cobrada de forma direta, isto é, sem a devida instauração de processo autônomo de execução em face do Estado, haja vista a petição acostada às fls. 18 dos autos da ação de segurança em apenso, onde o agravado, em nítido descumprimento ao princípio do devido processo legal, intima o Procurador Geral do



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Estado para que se dê cumprimento ao determinado nas sentenças penais indicadas, no que diz respeito ao arbitramento dos honorários advocatícios em favor do advogado Dr. Valdir Abrantes de Oliveira (OAB/PE 3787).

Assim sendo, inobstante a exigibilidade da referida verba honorária, a teor do preceituado no art. 24 da Lei nº 8.906/94 (Estatuto de Advocacia e da OAB), entendo equivocada a maneira pela qual processou-se sua cobrança, razão pela qual voto pela concessão da segurança requestada.

É o voto.

Recife

14 de 01 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**